



SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA SORAYA THRONICKE

**EMENDA Nº**  
**(ao PL 5582/2025)**

Dê-se ao art. 21-E da Lei nº 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas), na forma proposta pelo **art. 2º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.582/2025**, apresentado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a seguinte redação:

*“ **Art. 21-E.** Após o trânsito em julgado da sentença condenatória por crime previsto nesta Lei, se não houver ocorrido o perdimento extraordinário dos bens, valores ou ativos, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, determinará as medidas patrimoniais e restritivas destinadas à desarticulação financeira definitiva do grupo criminoso, incluindo:*

*.....”*

**JUSTIFICAÇÃO**

O dispositivo prevê atuação da autoridade policial após o trânsito em julgado de sentença condenatória. O enunciado contraria a própria natureza da atuação policial.

Se ofertada a ação penal no caso, não há mais procedimento investigatório em curso – aliás, sua manutenção, sobre os mesmos fatos, implicaria constrangimento ilegal, nos termos da jurisprudência pátria.

Logo, todas as providências no curso do processo e subsequentes à sentença condenatória, de fato, ficam a cargo do Ministério Público. O enunciado



resultaria, tal como redigido, em tumulto procedimental, além de pechas de constrangimento ilegal em prejuízo da efetividade da persecução penal.

A sugestão é de alteração redacional, supressiva, para que conste apenas a previsão de atuação jurisdicional de ofício ou a requerimento do Ministério Público.

Sala da comissão, 9 de dezembro de 2025.

**Senadora Soraya Thronicke**  
**(PODEMOS - MS)**

